

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Deputado Pedro Filipe Soares

O Bloco de Esquerda apresenta o balanço da sua atividade parlamentar na terceira Sessão Legislativa da XIII Legislatura. No processo de discussão orçamental como ao longo de toda a sessão legislativa, o Bloco de Esquerda empenhou-se na apresentação de propostas comprometidas com o princípio da recuperação dos rendimentos do trabalho, da proteção do Estado Social e dos serviços públicos, do combate aos interesses económicos e a transparência e justiça fiscal, da garantia dos direitos e liberdades.

No Orçamento do Estado, o Bloco de Esquerda contribuiu para compromissos que permitiram, entre outras medidas, o alívio fiscal com o desdobramento de dois escalões de IRS e o aumento do mínimo de existência, o combate à precariedade e a vinculação de 3500 professores, o descongelamento das carreiras na função pública ou o aumento real de todas as pensões (em particular das pensões mais baixas, por via do descongelamento da lei em 2015 e do novo aumento extraordinário em 2018). E foi também na especialidade do Orçamento do Estado que, por proposta do Bloco de Esquerda, se eliminou o corte de 10% no subsídio de desemprego, se aumentou a derrama estadual para as empresas com grandes lucros ou se garantiu transparência sobre todas as cativações, acabando com as cativações no setor da saúde.

Na sessão legislativa que agora finda, além da intervenção na discussão orçamental, o Bloco de Esquerda foi o partido que viu aprovados mais Projetos de Lei em votação final global (**18**). Foi igualmente o partido que aprovou mais Projetos de Resolução (**106**). E foi também por proposta do Bloco de Esquerda que o Parlamento aprovou, por unanimidade, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

No total, desde o início da presente sessão legislativa^[1], a 15 de Setembro de 2017, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou **73** Projetos de Lei, **142** Projetos de Resolução e **5** Apreciações Parlamentares. Foi ainda o partido que dirigiu mais perguntas ao Governo (**831**) e requerimentos (**681**). Alguns destes requerimentos e perguntas permitiram efetuar o levantamento de dados nacionais sobre o número de recém-nascidos sem médico de família, a existência de planos de acessibilidade nas autarquias, o número de enfermeiros especialistas no Serviço Nacional de Saúde ou o acesso a interrupção voluntária da gravidez.

I. Projetos de Lei

Esta sessão legislativa fica marcada pela inscrição na lei de avanços em diversas áreas. Por proposta do Bloco foram aprovadas alterações legislativas que tornaram possível, por exemplo, tornar obrigatória a auditoria à qualidade do ar e a prevenção da legionella, atribuir às crianças estrangeiras à guarda do Estado o estatuto de residente no nosso país, regularizar a canábis para fins medicinais, garantir a contratação de 2% de trabalhadores com diversidade funcional ou estabelecer o direito à autodeterminação da identidade de género.

A relação de forças parlamentar impôs que ficasse adiada a aprovação de outras propostas do Bloco de Esquerda, de que são exemplo o fim da caducidade da contratação coletiva e do fator de sustentabilidade das longas carreiras contributivas ou a despenalização da morte assistida. Outras ainda, como a proposta para uma nova Lei de Bases da Saúde, o conjunto de medidas que combatem a precariedade laboral e permitem recuperar rendimentos no setor privado ou as alterações às regras do sigilo bancário foram apresentadas nesta Sessão Legislativa e terão o seu desfecho nos próximos meses.

Foram estes os Projetos de Lei apresentados pelo Bloco e aprovados nesta Sessão Legislativa:

853	Estabelece a suspensão de prazos do novo Regime do Arrendamento Urbano e de processos de despejo	27/04/2018
848	Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, para aprimoramento do exercício do direito de preferência pelos arrendatários (septuagésima quarta alteração ao dl 47344/66 de 25 de novembro)	27/04/2018
816	Prorrogação e renovação das bolsas de investigação pós-doutoramento até à publicação do resultado dos concursos previstos no artigo 23.º da Lei n.º	29/03/2018

57/2017, de 19 de julho

758	Prorroga o mandato da Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental	31/01/2018
726	Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais	05/01/2018
708	8ª Alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional), 2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto (Lei dos Partidos Políticos), 7.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), e 1.º alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos)	19/12/2017
691	Altera o Código Penal, tornando crime público as agressões a jornalistas no exercício das suas funções ou por causa delas	07/12/2017
690	Altera o Código Penal, tornando o homicídio em contexto de violência no namoro homicídio qualificado	07/12/2017
685	Cria a Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental	06/12/2017
683	Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do estado ou equiparadas	04/12/2017
659	Reestabelece a obrigatoriedade de auditorias à qualidade do ar interior e à pesquisa de presença de colónias de legionella sp. (quinta alteração ao decreto-lei n.º 118/2013, de 20 de agosto)	07/11/2017
658	Estabelece a obrigatoriedade de auditorias aos sistemas com eventuais impactos na qualidade do ar exterior, em particular à pesquisa de presença de colónias de legionella sp. (terceira alteração ao decreto-lei n.º 102/2010, de 23 de setembro)	07/11/2017
653	Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março)	25/10/2017
622	Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro)	06/10/2017
587	Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento	18/07/2017

427	Recenseamento eleitoral de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro	01/03/2017
426	Organização do processo eleitoral no estrangeiro (alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro)	01/03/2017
390	Altera a Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e o regulamento emolumentar dos registos e notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro	27/01/2017

II. Projetos de Resolução

Dos 142 Projetos de Resolução apresentados pelo Bloco, 106 foram aprovados. Entre estes, destacam-se as recomendações ao governo no sentido de reforçar a resposta do INEM através da contratação dos profissionais em falta, desbloquear as verbas para a unidade pediátrica do Hospital de São João, disponibilizar os recursos necessários para a promoção pública de esterilização de animais, garantir a redução de produção da empresa Celtejo e a proteção do rio, promover a formação especializada a todos os médicos ou acabar com o outsourcing na prestação de cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais.

Os Projetos de Resolução apresentados pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda podem ser encontradas no site do Parlamento.

III. Perguntas e requerimentos

As 831 perguntas e os 681 requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda podem ser encontradas no site do Parlamento.

[1] A Assembleia da República disponibilizou dados preliminares da presente Sessão Legislativa, os quais podem ser consultados no site: <https://www.parlamento.pt/Paginas/2018/julho/RelatorioEstatisticoAtividadeLegislativaParlamentar.aspx>